



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.568-A, DE 2016**

**(Do Sr. Hildo Rocha)**

Denomina a cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão, Capital da Região Tocantina Maranhense; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela rejeição (relator: DEP. RAIMUNDO SANTOS).

**DESPACHO:**  
ÀS COMISSÕES DE:  
CULTURA E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**  
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Cultura:  
- Parecer do relator  
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão, é denominada, nos termos dessa Lei, Capital da Região Tocantina Maranhense.

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão, é o maior entroncamento comercial, energético e econômico do país, sendo ainda o segundo maior centro populacional, econômico, universitário, político e cultural do Maranhão, e possui um posicionamento estratégico útil não só ao estado, mas para todo o país.

Imperatriz está num cruzamento entre a soja de Balsas, no sul do Maranhão, a extração de madeira na fronteira com o Pará, a siderurgia em Açailândia, e a agricultura familiar no restante do estado.

A cidade tem um forte desempenho nos setores do comércio e prestação de serviços e também é o principal polo da região que aglutina o sudoeste do Maranhão e o norte do Estado do Tocantins.

A história e o desenvolvimento de Imperatriz deram-lhe diversos títulos, entre eles o de “Capital da Região Tocantina Maranhense”.

Estas são as razões pelos quais proponho aos ilustres pares este projeto de lei, que reputa corresponder ao mais alto reconhecimento que a cidade de Imperatriz e o seu povo merece.

Plenário Ulysses Guimarães, em 29 de fevereiro de 2016.

Deputado HILDO ROCHA

## COMISSÃO DE CULTURA

### PROJETO DE LEI Nº 4.568, DE 2016

Denomina a cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão, Capital da Região Tocantina Maranhense.

**Autor:** Deputado HILDO ROCHA

**Relator:** Deputado RAIMUNDO SANTOS

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 4.568, de 2016, submetido pelo Deputado HILDO ROCHA, propõe denominar a cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão, Capital da Região Tocantina Maranhense.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Cultura.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O PL em tela fala em Capital da Região Tocantina Maranhense e, tanto em sua justificativa quanto na documentação anexa, tenta configurar a cidade de Imperatriz do Maranhão como referência, especialmente econômica, de tal região.



Contudo, ainda que possa haver alguma definição ou delimitação informal de território que, segundo a justificativa do PL, aglutine o sudoeste do Maranhão e o norte do Estado do Tocantins, o fato é que não há qualquer reconhecimento formal ou legal de uma suposta região Tocantina Maranhense.

Existem Regiões Integradas de Desenvolvimento (ou RIDEs) no país, sendo essas regiões metropolitanas brasileiras que se situam em mais de uma unidade federativa, porém, a referida Região não é uma delas.

As RIDEs são criadas por Lei Complementar federal específica, delimitando os municípios que a integram e fixa as competências assumidas pelo colegiado dos mesmos. A primeira RIDE estabelecida foi a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Em 2002, foram instituídas duas novas RIDEs, a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Está ainda em discussão no Congresso brasileiro o projeto de lei complementar 122 de 2009 sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA), a quarta RIDE brasileira, reunindo municípios da região do Cariri-Araripe entre os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Ressalte-se que, ainda que houvesse uma Região Tocantina Maranhense definida como RIDE por lei complementar federal, não seria recomendada a aprovação do PL em tela nos moldes em que se apresenta, pois, por mais que a intenção do autor fosse prestar um reconhecimento simbólico da importância da cidade de Imperatriz para tal região, o PL, da forma como está redigido, poderia ser interpretado como denominando uma espécie de capital administrativa ou política para tal território interestadual, o que seria inconstitucional e despropositado.

Lembramos que a definição de “capitais” como reconhecimento simbólico se dá de forma diversa da aqui apresentada e deve se referir a aspectos culturais que possam distinguir a homenageada das demais cidades brasileiras. Nos arquivos anexados pelo autor, e também no texto do próprio PL, não há definição clara de qual aspecto ou atividade cultural específica da



Cidade de Imperatriz poderia torná-la referência nacional, mas apenas a caracteriza como polo comercial e econômico da região geográfica em que se localiza.

Assim, considerando o exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei n.º 4.568, de 2016.

Sala da Comissão, em        de        de 2024.

Deputado Raimundo Santos  
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE CULTURA

### PROJETO DE LEI Nº 4.568, DE 2016

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Cultura, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.568/2016, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Raimundo Santos.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Aliel Machado - Presidente, Jandira Feghali e Tarcísio Motta - Vice-Presidentes, Alfredinho, Alice Portugal, Benedita da Silva, Capitão Augusto, Defensor Stélio Dener, Douglas Viegas, Lídice da Mata, Marcelo Queiroz, Raimundo Santos, Bia Kicis, Erika Kokay, Flávia Moraes e Nitinho.

Sala da Comissão, em 17 de abril de 2024.

Deputado ALIEL MACHADO  
Presidente

